

REFLEXÕES SOBRE O SÍNODO PARA A AMÉRICA

Alberto Antoniazzi

A Assembléia do Sínodo dos Bispos para a América foi realizada em Roma de 16/11 a 12/12/97. Mas os trabalhos não estão totalmente concluídos. A Assembléia entregou ao Papa um conjunto de 76 proposições¹ e elegeu uma Comissão de 15 membros, para redigir um esboço do documento final, que cabe ao Papa revisar e publicar como "exortação pós-sinodal". As previsões da data desta publicação, que encerrará definitivamente os trabalhos da Assembléia sinodal, apontavam para o início de 1999. A primeira reunião da Comissão (Roma, 12 a 14 de fevereiro de 1998), segundo relato de Dom Demétrio Valentini, deixou a esperança de que a publicação possa ser antecipada.² O Papa entregaria pessoalmente o documento aos bispos americanos, possivelmente no santuário de Guadalupe (México).

¹ As *propositiones* deveriam ficar em segredo. Mas vários órgãos da imprensa já as publicaram. Cf., por exemplo, o texto em italiano em *Il Regno* (1998/1)10-23.

² Sobre esta reunião, cf. a notícia de *L'Osservatore Romano*, ed. semanal em português, 14.3.1998, p.2. — Da comissão fazem parte os brasileiros Dom Luciano Mendes de Almeida e Dom Luiz Demétrio Valentini.

Sobre os trabalhos da Assembléia Sinodal e suas conclusões provisórias, apresento algumas reflexões. Não me detenho na crônica, que suponho conhecida, mas procuro alguns elementos de avaliação deste Sínodo, a partir do meu ponto de vista, de observador externo.

Uma Assembléia pacífica

A primeira característica desse Sínodo, que salta aos olhos, é que foi um Sínodo pacífico, sem conflitos. Uma confirmação indireta dessa característica vem da imprensa, particularmente daquela italiana, que ignorou quase completamente o Sínodo (a imprensa não estava interessada na troca de experiências dos bispos americanos e não encontrou nada de sensacional, escandaloso ou conflituoso no Sínodo...). Mas a confirmação direta pode vir da análise paciente das quase duzentas intervenções na Assembléia, principalmente nos primeiros dias.³ Arrisco uma hipótese: os Padres sinodais, sem fazer nenhum pacto explícito, concordaram que não era o momento de discutir questões "quentes", controversas, sobre as quais o Episcopado está dividido, ou onde existem divergências entre alguns bispos e a Santa Sé. Aderiram ao espírito de preparação do Jubileu, visto como reconciliação e celebração festiva dos 2000 anos de cristianismo. Isto não significa, a meu ver, que os problemas não existam; apenas não emergiram neste momento. Reaparecerão quando o momento for mais favorável à sua discussão pública.⁴

Um outro fator que contribuiu, parece-me, à pacificação dos ânimos é que os norte-americanos (e, em parte, os canadenses) optaram por evitar respostas às críticas dos latino-americanos (até do cardeal Obando Bravo) à política dos Estados Unidos. Os bispos dos EE.UU. elogiaram o espírito missionário e pastoral da Igreja da América Latina e deixaram entender que seu peso político é pequeno. Evitaram também tocar nos problemas mais difíceis da Igreja norte-

³ Os resumos das intervenções estão publicados no *L'Osservatore Romano*, ed. semanal em português, entre 29 de novembro e 20 de dezembro de 1997.

⁴ Um dos poucos bispos que falou explicitamente sobre o assunto foi Dom Luiz Demétrio Valentini numa entrevista a Gabriella Zucchi. Cf., por exemplo: "Teologia e religiões: dois problemas que não foram postos na mesa, também porque, por ocasião do Sínodo, não era esta a maneira de agir, nem a estratégia a seguir. Certamente os problemas ficaram, mas a coisa mais importante é criar as condições para superá-los, e esta penso que foi a sabedoria deste Sínodo". Antes tinha dito: "Não estávamos no Sínodo para retomar as coisas que causam um pouco de irritação. Não é mais o tempo de fazer confrontos, mas de procurar o consenso para dizer: 'estabelecemos isto como ponto de partida, para ir em frente'" (*Il Regno* (1998/2) 71).

americana (participação da mulher, divorciados, alguns desvios do clero etc.) e mostraram uma disposição mais aberta quanto à assistência pastoral aos imigrantes hispano-americanos (27 milhões!) e brasileiros (um milhão?). Somente algumas vozes fizeram uma autocrítica do catolicismo da América do Norte: uma representante dos católicos negros, convidada,⁵ foi muito explícita em lamentar o fechamento das comunidades católicas dos Estados Unidos para com os negros, que por sua vez – na grande maioria – consideram a Igreja Católica uma Igreja racista. (Historicamente, muitas comunidades católicas nasceram de imigrantes irlandeses e italianos e mantiveram, por muito tempo, as características étnicas de sua origem. Daí também a dificuldade de assimilar os novos imigrantes latino-americanos). Uma intervenção autocrítica, que também lamentava o fechamento das comunidades católicas, foi feita pelo arcebispo de Chicago, Francis E. George, desde 21/2/98 elevado ao cardinalato.

Finalmente, a avaliação feita em Roma pela Comissão do Sínodo na reunião com o Conselho da Secretaria Geral (Roma, 12-14/2/98) aponta claramente no sentido que acabo de indicar. Lê-se no comunicado da Secretaria: “Os membros do Conselho manifestaram unanimidade na avaliação muito positiva da Assembléia para a América, durante a qual o intercâmbio aprofundado entre todos os participantes levou a uma maior compreensão e solidariedade entre o Norte e o Sul do Continente”.⁶

Uma Assembléia hispano-americana?

Mais surpreendente e talvez mais exagerado seria dizer que a Assembléia do Sínodo para a América foi predominantemente hispano-americana. Não é apenas uma questão de números de delegados,⁷ mas, sobretudo, de conteúdo e de enfoque dos debates. A própria mensagem final da Assembléia,⁸ com sua forte ênfase sobre a proble-

⁵ Havia vários “auditores”, com direito à voz e não a voto. Dos Estados Unidos, foram convidados dez; do Brasil, só uma religiosa catequista.

⁶ Cf. *L'Osservatore Romano*, ed. semanal em português, 14.3.1998, p. 2.

⁷ O sistema de escolha dos delegados é explicado pelo cardeal Schotte em sua introdução ao Sínodo. Cf. *L'Osservatore Romano*, ed. semanal em português, 22.11.98, p. 4. Nos meus cálculos, aparece claramente que o Brasil é sub-representado, se considerarmos a proporção entre o número dos católicos e o número dos delegados. Os católicos brasileiros representam pouco mais de 27% dos católicos da América (cf. dados do Anuário Estatístico da Igreja). Os delegados foram: 27 cardeais americanos, dos quais 5 (18%) brasileiros; 136 delegados eleitos, dos quais 15 brasileiros (11%); 16 bispos nomeados pelo Papa, dos quais 2 brasileiros (12,5%); 17 peritos, dos quais 2 brasileiros; 41 “auditores” (ouvintes), dos quais 1 brasileiro.

⁸ Cf. *L'Osservatore Romano*, ed., semanal em português, 20.12.1998, p. 17-18

mática social e o sofrimento dos pobres, tem um tom latino-americano (e, nisso, os brasileiros estão plenamente de acordo com os irmãos hispano-americanos). Mais discutível é a secção da mensagem (n° 30-34) que descreve brevemente “os desafios da Igreja na América” e os resume no apelo à santidade dos fiéis católicos, no aumento das vocações sacerdotais e religiosas, na missionariedade, no uso crescente dos meios de comunicação social e na liberdade religiosa (inclusive como condição da atuação pública da Igreja). A secção anterior (n° 16-29) sobre as “preocupações da Igreja”, muito mais rica e incisiva na análise da sociedade americana, teria exigido outras diretrizes para a ação da Igreja, em particular a respeito da inculturação, da justiça social e da participação do laicato na evangelização. Os documentos recentes do episcopado brasileiro e mesmo do norte-americano são certamente mais avançados em suas propostas de uma “nova evangelização” e de uma ação social dos cristãos.

A revista “Il Regno”, num longo artigo assinado por Gianfranco Brunelli,⁹ também acolhe a tese de um Sínodo “prevalentemente hispano-americano, não somente pela maioria dos seus protagonistas e dos seus participantes, mas pelos limites da imposição oferecida pela secretaria do sínodo”. E vai além, discernindo uma possível e grave consequência negativa: “O risco de delimitar a identidade cristã americana interpretando-a como identidade hispano-americana é efetivo. Tratar-se-ia, nesse caso, não de uma identidade aberta sobre o passado e sobre o futuro da história do Continente, mas de uma distorção, de uma figura de cristandade que não corresponde ao conjunto das memórias históricas do Continente e diferente com relação à atual pluralidade de experiência eclesiais. Caberá à exortação apostólica pós-sinodal trazer clareza sobre esses critérios”¹⁰.

A mesma revista, para sugerir outra visão da unidade eclesial, publica a intervenção do secretário (não bispo) da Conferência Episcopal dos Estados Unidos, Mons. Dennis Schnurr, que ilustra a “unidade na pluralidade” cultural, política e religiosa¹¹.

Afinal, o exame das 76 “proposições” finais, entregues ao Papa, pode mostrar melhor para onde o Sínodo convergiu.

⁹ Cf. *Il Regno* (1998/2) 58-66.

¹⁰ Cf. *ibidem*, p. 61. O autor deste artigo vê, ao lado do predomínio hispano-americano, uma menor evidência dos bispos do Brasil e dos Estados Unidos, enquanto julga “mais orgânica” a atuação dos Bispos canadenses, cujas intervenções foram julgadas quase unanimemente de boa qualidade e cuidadosamente preparadas. O cardeal Turcotte, arcebispo de Montréal e líder dos bispos canadenses, foi o único delegado a ser eleito na primeira votação como membro da comissão pós-sinodal (formada por 12 eleitos e três membros de nomeação papal).

¹¹ Cf. *Il Regno* (1998/2) 67.

O conteúdo das proposições

O texto das proposições está dividido segundo o esquema do instrumento de trabalho do Sínodo, que desdobrava o tema: *O encontro com o Cristo vivo, caminho de conversão, comunhão e solidariedade*. O tema, como se vê, era extremamente amplo, o que oferecia a vantagem de exigir uma visão de conjunto da missão da Igreja na América, mas também podia causar uma excessiva dispersão e até superficialidade na análise.

Após a introdução do nº 1, as proposições 2 a 4 tratam do encontro com o Cristo vivo, indicando as fontes evangélicas e os lugares atuais desse encontro. Os nº 5 e 6 dão especial relevo à figura de Maria e à Guadalupe (confirmando o enfoque hispano-americano predominante?). O nº 7 exige uma referência histórica (é a proposição mais breve entre todas!). Os nº 8 e 9 retomam o tema de Jesus Cristo, resposta aos homens e mulheres da América. Seguem, um pouco desordenadamente, as proposições sobre a catequese e os grupos humanos que devem ser levados ao encontro com Cristo: mulheres, famílias (e com a família entre o tema da promoção da vida), jovens, crianças, classes dirigentes, culturas indígenas, afro-americanos,¹² migrantes (e aí se acrescenta, no nº 20, a piedade popular), educação, universidades e escolas católicas, meios de comunicação social. Com esta proposição, a de nº 25, encerra-se a parte I e se entra na II: *O encontro com Jesus Cristo, caminho de conversão*.

Após a introdução geral do tema (nº 26), vêm os temas da contemplação, da espiritualidade, da santidade, do martírio, da memória dos santos, da Palavra de Deus, da penitência e reconciliação, da dimensão social da conversão, da urbanização, ecologia, corrupção, drogas (proposições 27-38). Pode-se ver uma certa justaposição entre uma espiritualidade concebida de forma mais clássica e pessoal (nº 27-33) e as exigências sociais da conversão, que apontam para o compromisso cristão na transformação da sociedade e na luta contra o pecado social (nº 34-38). Mas as duas dimensões estão presentes, a expressar o consenso do episcopado americano neste ponto. Talvez se possa criticar a falta de propostas mais efetivas para o futuro ou o discernimento das inovações

¹² As intervenções dos Padres sinodais sobre os indígenas americanos foram bastante numerosas, mas o texto final da "proposição" é julgado genérico e insuficiente por Dom Erwin Kräutler, bispo do Xingu e responsável pela Dimensão Missionária da CNBB. As intervenções sobre os negros americanos foram poucas. Uma delas, bastante aplaudida, foi do cardeal Gantin, africano, prefeito da Congregação dos Bispos.

necessárias. Muitas proposições terminam pedindo para “continuar a pesquisa” ou a procura de meios mais eficazes (cf. o final do n° 35).

A III parte reúne as propostas relativas ao “*encontro com Jesus Cristo, caminho de comunhão*”. Na prática, são questões eclesiológicas. O n° 39 apresenta a comunhão eclesial como sinal da unidade entre os povos. O n° 40 vê na Trindade o fundamento da comunhão eclesial. Os n° 41 e 42 falam dos sacramentos, o 43 do bispo, o 44 da comunhão episcopal. Os números seguintes tratam de diocese, paróquia e pequenas comunidades. (As CEBs são incluídas entre as “pequenas comunidades”, que são recomendadas com bastante vigor, mas sem muitas novidades). Os n° 48-52 tratam dos ministros ordenados (padres e diáconos), vocações e seminários. O n° 53 fala da vida consagrada e os n° 54-56 dos leigos no mundo e nos ministérios. Estes números, embora citando uma vez a recente *Instrução acerca da colaboração dos fiéis leigos com o ministério dos sacerdotes*, quando exige uma séria reflexão sobre os ministérios de “suplência”, afasta-se dela no tom e reconhece a necessidade desses ministérios “em muitas igrejas locais de todo o Continente” e convida os bispos a continuar promovendo “os ministérios confiados a fiéis leigos”. De forma mais expressiva, Dom Pilarczyk, antigo presidente da Conferência Episcopal dos Estados Unidos da América, tinha dito: “A Igreja em nosso país e, creio, em muitos outros países, seria indescritivelmente mais pobre sem o serviço destas pessoas. Devemos expressar nosso apreço e nossa gratidão pelo serviço que elas prestam”. No mesmo sentido falaram vários bispos brasileiros (Dom Jaime Chemello, Dom Angélico Bernardino e, sobre “os leigos no mundo”, Dom Marcelo Carvalheira e Dom Celso Queiroz) e de outros Países, na convicção de que não haverá “nova evangelização” sem leigos evangelizadores. O n° 57 fala brevemente da renovação das estruturas pastorais e o n° 58 do estilo “jubilar” na ação pastoral. Seguem os movimentos, as Igrejas orientais católicas, o ecumenismo, as relações com os judeus, as outras religiões, a liberdade religiosa, a resposta ao proselitismo, a vocação missionária da Igreja. Nesta III parte a ordem é mais clara, mas a lista dos temas não deve induzir a pensar que foram debatidos com a mesma profundidade. O tema da vida consagrada e o do diálogo inter-religioso permaneceram na sombra, enquanto o ecumenismo e a resposta ao proselitismo (sem confundir igreja e seita, testemunho e pressão indevida) foram discutidos com mais atenção.

Finalmente, a parte IV — *O encontro com Jesus Cristo caminho da solidariedade* — abrange as proposições sobre a solidariedade (n°

67), a formação da consciência, a doutrina social da Igreja, os problemas sócio-econômicos, os direitos humanos, a opção preferencial pelos pobres, a globalização econômica, a dívida externa, a corrida aos armamentos (nº 76 e último). Estas proposições manifestam uma nítida posição de crítica do neoliberalismo, de promoção da solidariedade entre os Países e no interior de cada sociedade nacional, de opção preferencial pelos pobres, de reivindicação do cancelamento (ou, pelo menos, da revisão) da dívida externa dos Países em desenvolvimento, de defesa da dignidade humana e dos direitos de toda pessoa à luz da doutrina social da Igreja. Clara é a vontade de promover a solidariedade, a justiça social, o direito; poucos claros são os meios para isso, que muitas vezes não passam de "recomendações" ou de apelos à consciência de cidadãos e de autoridades.

As lacunas

As lacunas não são poucas. É claro que o Sínodo não podia abordar *todos* os problemas. Mas as lacunas revelam os temas sobre os quais não havia consenso e que se preferiu omitir. Um pouco desordenadamente podemos citar:

- o papel dos teólogos¹³ na Igreja e, em geral, as diversas "teologias": não somente a teologia da libertação não é mencionada, mas nenhuma outra; também a teologia da inculturação e das religiões, hoje bastante vivas na América Latina e no Terceiro Mundo, não são consideradas;
- o problema do feminismo e de suas efetivas reivindicações no âmbito eclesial; a proposição sobre a mulher (nº 11) não deixa de desejar um avanço, reivindicando a presença de mulheres nos postos de responsabilidade na Igreja e uma maior participação na liturgia, segundo normas a definir;
- a vida religiosa ou consagrada é recomendada genericamente (nº 53); mas nada se diz de suas dificuldades reais, de suas opções, de seus conflitos recentes com o CELAM ou com certos bispos;
- faltou uma visão histórica séria da evangelização e da colonização da América, o que deveria levar a um pedido since-

¹³ Uma breve alusão à responsabilidade dos teólogos aparece na proposição sobre a formação das consciências (nº 68).

ro de perdão,¹⁴ e, mais ainda, uma análise das tendências sociais e culturais da sociedade atual, que condicionam e questionam profundamente a Igreja no presente e certamente o farão mais ainda num próximo futuro; só a globalização econômica foi objeto de consideração mais atenta;

- quase nada restou no documento final (nas "proposições") do problema das relações políticas entre os Estados americanos, inclusive do uso de instrumentos econômicos (embargo etc.) para pressionar os Estados mais pobres.

Duas observações finais

O fato de ressaltar as lacunas nas conclusões do Sínodo não significa discordar inteiramente da avaliação "muito positiva" feita pela Secretaria do Sínodo e pela Comissão pós-sinodal. Restam os aspectos válidos. Geralmente as proposições – mesmo se genéricas – expressam diretrizes e avaliações das quais dificilmente se poderia discordar. A Assembléia sinodal foi também uma "experiência de compreensão e solidariedade" entre os Bispos. Resta saber se ela se traduzirá, e em que medida, em atos concretos. Apesar de sugerida por muitos, foi descartada a hipótese de criar mais um organismo permanente para incentivar a solidariedade ativa entre as Igrejas do Continente. Parece-me esta uma tarefa não fácil. As Igrejas locais da América – embora por motivos diversos – estão todas muito ocupadas com seus problemas internos e mal dão conta deles. Como se abrirão para um esforço missionário generoso e continuado para com outras Igrejas? Apesar da esperança (ou do otimismo) do Sínodo, os dados objetivos apontam mais para uma diminuição do número dos missionários. Por outro lado, o esforço missionário continua muitas vezes desordenado, fragmentário, inadequado aos novos tempos. É preciso confiar na graça do Espírito, mas também agir com mais realismo, se realmente queremos "conversão, comunhão e solidariedade" nas Igrejas da América.

Voltamos, enfim, à participação brasileira. Antes de tudo, parece-me que houve um esforço sério de preparação e que a CNBB

¹⁴ O prof. Guillermo L. Escobar Herrán foi convidado a falar na I Congregação Geral (17/11/97), logo após o Relator Geral, cardeal Sandoval Iñiguez, arcebispo de Guadalajara, sobre a história da evangelização, mas evitou uma discussão dos problemas históricos e preferiu ilustrar apologeticamente teses como "a identidade religiosa da América", "América: uma Igreja repleta de juventude", "América: uma Igreja cheia de desafios" (cf. o texto em *L'Osservatore Romano*, ed. semanal em português, 29.11.1997, p.9-11).

promoveu uma reunião prévia dos Delegados, em que se previu a distribuição de vinte e um temas entre os cinco cardeais e dezesseis delegados. (Ficou de fora o representante das Igrejas orientais, indicado pelo Papa). Esta distribuição permitiu aos Padres Sinodais do Brasil abordar muitos aspectos da ampla temática do Sínodo e dar contribuições mais específicas e aprofundadas sobre cada tema. Algumas das intervenções se distinguiram pela objetividade e pelo cuidado de oferecer dados analíticos, estatísticos, evitando afirmações genéricas. E isto foi notado e acolhido favoravelmente por delegados de outros Países. Outro aspecto interessante do trabalho da delegação brasileira foi o costume de freqüentes reuniões noturnas, geralmente sob a presidência de Dom Jayme Chemello, vice-presidente da CNBB, para trocar as impressões do dia e, eventualmente, concordar ou elaborar novas intervenções. (Naturalmente, nem todos participaram ou participaram assiduamente). Certamente os Bispos brasileiros não dispunham de um exército de assessores como o Canadá, cujo episcopado brilhou como o mais zeloso e preparado. Mas não deixaram de mostrar o interesse de suas experiências e propostas. O que limitou, em parte, a influência brasileira foram dois fatores, creio.

Por um lado, os bispos brasileiros ficaram concentrados em grande parte no grupo "hispano-lusitano". Poucos brasileiros foram para outros grupos, onde se falava inglês, francês, espanhol ou italiano. O grupo hispano-lusitano, porém, tendo como secretário Dom Luiz Demétrio Valentini, produziu um relatório que foi considerado o melhor de todos, seja pelo conteúdo, seja pela concisão e objetividade da exposição (enquanto outros escondiam atrás de um excesso de palavras a pobreza do seu conteúdo). Por isso é lamentável o que aconteceu na hora da síntese dos relatórios dos grupos. Os doze grupos foram num primeiro tempo reunidos três a três. Resultaram 4 "mini-plenários": dois de língua espanhola, porque os grupos espanhóis eram seis; um de língua inglesa (com os três grupos de língua inglesa); o último misturava o grupo hispano-italiano, o hispano-português e o francês. Desse último foi tirado um relator canadense de língua francesa, que junto com dois relatores de língua espanhola e um de língua inglesa elaboraram a síntese final. Das línguas oficiais, só o português (ou seja, o episcopado brasileiro) ficou fora. E o Brasil tem mais de ¼ dos católicos da América...

Por outro lado, os bispos brasileiros – dentro do espírito ilustrado acima, de evitar assuntos polêmicos – não tocaram incisivamente em temas mais controversos nas primeiras intervenções orais. Tentaram (ao menos alguns) colocar nos grupos temas mais

difíceis, para que fossem apresentados pelo grupo e não individualmente por um ou outro bispo. O resultado não foi positivo. A maioria dos delegados, em todos os grupos, recusou as questões polêmicas e se concentrou nos temas que já vimos contemplados nas proposições finais. Os temas não são poucos e, na esperança de Dom Demétrio Valentini e de outros, são o ponto de partida para ir mais longe. É o que esperamos!

Alberto Antoniazzi é coordenador do Curso de Teologia da Arquidiocese de Belo Horizonte, secretário executivo do Projeto pastoral "Construir a Esperança" e diretor do Instituto Nacional de Pastoral (CNBB). Acompanhou como assessor a delegação brasileira ao Sínodo para a América.

Endereço: Av. 31 de Março, 102 — 30535-000 Belo Horizonte – MG
e-mail: antoniaz@gscnet.com.br